

O Espaço da Arquitectura. Quanto espaço, que espaço?

Reflectir sobre espaço, em arquitectura, é colocarmo-nos frente à vertigem das origens da disciplina, e do seu próprio sentido.

O termo é abrangente o suficiente, e maleável, para se lhe ver associado um amplo espectro de significados que nos habituámos a considerar análogos: espaço é igual a lugar; a sítio; a vazio.

No início do seu ensaio, Fernando Espuelas¹ refere a acepção que Demócrito faz sobre a noção de vazio, como a “qualidade do espaço que permite o movimento”. As noções de vazio e de espaço parecem equivalentes e intermutáveis – e, para um certo âmbito de reflexão, são-no, de facto. Andre Corboz percorre semelhantes caminhos de indagação, tomando como fundamental essa lapidar pergunta: o que é o espaço?²

Podemos considerar o espaço como o fragmento de sombra projectada no chão pela presença da muralha.

Era nestes termos que Frank Lloyd Wright colocava a sua perspectiva (negativa) sobre a cidade, associando-a a um dispositivo nascido do medo, onde a muralha como máquina de protecção se tornava necessária pela condição sedentária das principais civilizações. A sua utopia – *Broadacre* – é uma apologia do nomadismo, que encontra nova possibilidade de emergência através do veículo automóvel – meio que, de acordo com Wright, permitiria a concretização plena da democracia.

Porém, a reflexão que interessará neste volume, mais do que elucubração terminológica ou deriva abstracta, será aquela que nos conduza ao caminho que permite relacionar, de maneira concreta, a noção de espaço com as formas do seu uso – afinal, compreender como a ideia de vida lhe é intrínseca, como se encontra implicada, nessa mesma noção. No fundo, o que significa “construir” espaço.

Tendo como base de enquadramento os domínios da arquitectura e do território, colocam-se questões diferentes, suficientemente próximas porém para que sejam tomadas neste texto sobretudo pelas afinidades entre campos, mais do que pelas diferenças. Inevitavelmente ter-se-á presente o princípio de relação activa e implicada contida na noção de que entre o espaço confinado arquitectónico e o espaço “aberto” do território, o sentido se encontra (ou se

¹ ESPUELAS, Fernando, *Il Vuoto. Riflessioni sullo spazio in architettura*, col. Il Pensiero dell’arte, nº 7, Christian Marinotti Edizioni, 2ª ed., Milano, 2008.

² CORBOZ, Andre, *Avete detto “spazio”?*, in *Ordine sparso. Saggi sull’arte, il método, la città e il territorio*, Paola Viganò (coord.), Franco Angeli, Milano, 1998. Neste ensaio Corboz oferece uma leitura da noção funcionalista (dos CIAM) sobre o espaço - como entidade isotrópica, coisa ilimitada, base amorfa (socialmente não significativa) sobre a qual se apoiam volumes arquitectónicos, e de como esta noção modernista se encontra ainda relacionada com ideais neopositivistas e com o Iluminismo. O autor coloca em evidência o facto de não ter existido a nível conceptual uma revolução sobre a ideia de espaço, equivalente à que aconteceu na Arte (com o cubismo e com Duchamp) e na Ciência (por exemplo, com o princípio da relatividade de Einstein).

procura) no modo como se constroem, articulando e complementando-se em diferentes escalas: de análise e de intervenção.

A ideia de espaço próximo e íntimo, e privado, por oposição à de espaço aberto e comum (ou público) radica na mesma procura de sentido sobre o mundo, na relação do indivíduo consigo próprio e, simultaneamente, com os outros. É, afinal, esta a história das utopias urbanas e, antes ainda, a das ideias seminais dos modelos socialistas, desenvolvidas a partir do reconhecimento do homem como indivíduo³.

É relevante a noção de “liberdade comum” proposta por Spencer nos anos 50 do séc. XIX. No sentido que se pretende evocar, seria o correspondente espacial da dimensão política que encerra a afirmação de que “a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro”⁴. A expressão parece sugerir na cabeça uma imagem de limite ou fronteira. Parece sugerir uma geometria em movimento (porventura lento?), que procure a forma exacta de delimitar dois espaços: aquilo que encerra, e o que a circunda, o espaço suficiente entre uma coisa e outra. A sugestão da imagem oferece-se como interessante leitura na reflexão de Agamben em torno da palavra *adagio*, que Pedro Levi Bismark⁵ relaciona com a noção de liberdade, e aqui oportunamente cabe evocar.

[U]ma reflexão-digressão sobre a construção da liberdade individual no mundo e a construção de um espaço de relação com o outro. É esse o sentido da palavra *agio* (à vontade), utilizada por Giorgio Agamben, que «indica de acordo com o seu étimo, o espaço ao lado (*ad-jacens*, *adjacentia*), o lugar vazio em que cada um se pode mover livremente, numa constelação semântica em que a proximidade espacial confina com o tempo oportuno (*ad-agio*, *ter agio*) e a comodidade com a justa relação». *Agio* é o lugar do livre uso do próprio, é o espaço do porvir, daquilo que não estando determinado, nem estando destinado, apenas a nós cabe cumprir e realizar.

O espaço ao lado – que deixa as coisas respirarem – será também um vazio que se oferece para receber, para o acolher do próximo. O espaço, portanto, como suporte do social - recordando, uma vez mais, o espaço estendido até ao territorial; e ainda, o espaço como algo que existe, não em absoluto, mas como coisa que tem de se cumprir, vivendo, habitando.

A reflexão de Heidegger, no texto *Construir, habitar, pensar*⁶, é naturalmente dos mais relevantes contributos do século passado para esse cumprir, que acontece justamente pela consciência de que aquilo de que trata é algo que emerge da relação proposta no título do texto – em que a tónica está na relação. A proposta de Heidegger é que a própria noção de Ser

³ O desenvolvimento destas ideias segue a par e passo com a procura de modos de organização de trabalho numa perspectiva industrial na altura da sua revolução. O âmbito do social e do laboral encastram-se, assim que a ideia de matriz e de protótipo, otimizado e perfeito, a replicar em massa, serve tanto como inspiração para a organização das pessoas nos modos de trabalhar, como para a organização das casas dessas pessoas, e dos bairros (operários) e das (novas) cidades.

⁴ Pensador que desenvolveu parte das suas ideias utilizando uma perspectiva darwiniana sobre a sociologia, Herbert Spencer refere a noção de liberdade associada a uma leitura mais ampla sobre a moral, no livro que publica em Londres em 1851, *Social Statics: or, The Conditions essential to Happiness specified, and the First of them Developed*.

⁵ LEVI BISMARCK, Pedro, *A Memória do Presente. O imperceptível devir do espaço – arquitectura, liberdade e amor*, PUNKTO (nº1 - O ACASO), Novembro de 2010. No seu artigo, Bismark faz referência a Giorgio Agamben e à ideia do “ter-lugar”, desenvolvida no livro “A Comunidade que vem”.

⁶ HEIDEGGER, Martin, *Costruire, abitare, pensare*, Saggi e Discorsi, Milano, 1976.

O texto foi apresentado pela primeira vez em Darmstadt, em 1951, no colóquio *Homem e Espaço*.

se engendra nesta relação (nesta relação não entra a arquitectura como questão⁷, que se desloca).

Mas existe uma importante noção, que complementa a trilogia heideggeriana (para além da noção implícita de Ser), e que Nicola Emery sublinha no seu ensaio *Projectar, construir, cuidar. Para uma deontologia da arquitectura*⁸: a noção de curar/cuidar. O curar, ou tratar o espaço, introduz, de facto, um sentido activo⁹: “a marca fundamental do habitar é o cuidar. Os mortais habitam no modo do cuidar”¹⁰. Retomando a equivalência espaço/vazio, ainda em Emery: “*Cuidar* significa libertar espaço, mais do que ocupá-lo. *Cuidar* de uma pastagem significa trabalhar para que essa se dê como nutriente oferta de espaço, como o lugar, o *receptáculo* e o *recipiente* de múltiplas energias. Uma reserva, um refúgio, não a esgotar mas a respeitar e reconhecer na sua vital e institutiva diferença (...)”¹¹

O convite à releitura das palavras de Heidegger é tanto mais necessário, ainda que por razões diferentes¹², quanto o momento actual continua a perpetuar o prevalecer à escala mundial de uma lógica incremental aplicada a tudo, e que tende a transformar tudo em produto. E essa conversão introduz uma descolagem das questões espaciais em relação aos lugares que ocupam, e portanto também do seu sentido. A experiência do espaço na perspectiva pós-moderna é então de descolagem – fragmentação – e compressão. Uma compressão espaço-tempo efectiva, derivada das grandes alterações do século passado, a partir das metamorfoses do sistema capitalista numa escala global. David Harvey¹³ estabelece uma correspondência entre as perturbações e alterações dos sistemas de valores (financeiros, económicos, sociais) e as próprias características do espaço e a sua percepção. Ao tempo fragmentado e comprimido corresponde um espaço de equivalente perturbação.

Numa lógica incremental, produz-se a expectativa de algo como constante. A ânsia gerada por tal expectativa parece placar-se somente (e temporariamente) com a apresentação de resultados, com a produção de novidade, e parece não deixar lugar a uma acção mais silenciosa e contínua, (de ritmo regular, *mono_tona*), quanto humana, ligada à vida. O espaço

⁷ No início do texto, Heidegger escreve: “As páginas que se seguem são uma tentativa de pensar sobre o habitar e o construir. Esse pensar o construir não implica em encontrar teorias relativas à construção e nem prescrever regras à construção (...) não apresenta o construir a partir da arquitectura (...) contrariamente reconduz o construir ao âmbito a que pertence aquilo que é”.

⁸ EMERY, Nicola, *Progettare, costruire, curare. Per una deontologia dell'architettura*, edizioni Casagrande (collana Alfabeti), Bellinzona, 2007.

⁹ Emery refere a propósito do texto de Heidegger a noção de cultivar (que vai buscar à comparação da cidade com uma pastagem, a partir de Platão). De facto, a introdução do verbo “curar” adiciona ao título, que já por si contém como código de leitura uma dinâmica, uma sucessão de actos, uma ulterior acção, que é a que introduz um movimento que é destinado a continuar, para além dos gestos do impulso inicial de construir, habitar e de pensar, não colocando para já como questão perceber se a ordem dos factores da *equação* que o título oferece, é ou não comutativa.

¹⁰ HEIDEGGER, Martin, op. cit. p.99.

¹¹ EMERY, Nicola, op. Cit. pp. 15, 16.

¹² O encontro de Darmstad onde Heidegger apresenta o seu texto é realizado com a intenção de reflectir sobre a produção descaracterizada das construções realizadas no período que se seguiu ao final da 2ª Guerra. A (má) qualidade dessas construções resultava do contexto de urgência em que eram feitas, como rápida resposta à falta de casas resultante dos bombardeamentos. A questão da qualidade da construção dessas casas não seria tanto uma questão técnica, quanto simbólica; Heidegger afirma que para saber construir é preciso saber habitar.

¹³ HARVEY, David, *The condition of Postmodernity*, Basil Blackwell, 1990.

contribui para a ideia de manutenção e cura do que existe. E nessa manutenção, no fundo, acontece o lugar ao renovar – ser-se sempre igual, mas sempre novo. A lógica incremental introduz o horizonte do excesso, e, conseqüentemente, do desperdício.

O início da segunda metade do séc. XX é a soleira para novos modos de entender a Cidade, e, esse entendimento sendo múltiplo, radica num ponto comum, já acenado, que é o do fim das ideias modernistas. Na colossal ressaca de um período dramático definido por duas Guerras Mundiais, parecem colar-se aos modelos de afã globalizante (espelhados nos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna – CIAM – e nos seus estatutos: a *Carta de Atenas*) os resultados do desastre a que o mundo chegou. Os caminhos que a seguir se vieram a explorar procuraram uma dimensão mais humana, e específica, por oposição à imagem universal do “Modular” de Corbusier – versão utopizante do homem total, revisitado desde Vitruvius e Leonardo da Vinci.

É neste contexto que um olhar mais gentil e tolerante procura lidar com a realidade, tal como ela existe, para a integrar nas ideias de Futuro, mas, sobretudo, de Presente.

Espaço e exercício cívico

Há uma ideia difusa de que democracia é poder caminhar entre estranhos (no espaço dito público) sem o sentimento de medo. Uma ideia que remete novamente para Spencer, actualizando-o. Pode prosseguir-se um pouco mais por este caminho e assumir que esta ideia terá o seu reverso, e que o espaço público pode dar lugar ao conflito. De facto, em democracia o conflito não desaparece. O que proporciona a democracia são as possibilidades de regular o conflito de maneira pacífica e, até certo ponto, regulamentada. É aqui que entra a noção de envolvimento cívico. (Uso o termo, em substituição de participativo, na medida em que este último adquiriu diferentes níveis de conotação que podem tornar a sua convocação ruidosa.) É de uma questão de proximidade que se trata. A propósito de civilidade, Bauman escreve no capítulo “Tempo/Espaço” do seu ensaio *Modernidade Líquida*¹⁴:

Civility, like language, cannot be 'private'. Before it becomes the individually learned and privately practised art, civility must first be a feature of the social setting. It is the urban environment which must be 'civil'(...) What does it mean, though, for the urban environment to be 'civil', and so to be a site hospitable to the individual practice of civility? It means, first and foremost, the provision of spaces which people may share as public personae – without being nudged, pressed or cajoled to take off their masks and “let themselves go”, “express themselves”(...) But it also means a city presenting itself to its residents as a common good which cannot be reduced to an aggregate of individual purposes and as a shared task which cannot be exhausted by a multitude of individual pursuits, as a form of live with a vocabulary and logic all its own and its own agenda, which is (and its bound to remain) longer and richer than the fullest list of individual concerns and cravings – so that “wearing a public mask” is an act of engagement and participation rather than one of noncommitment, and withdrawal of the “true self”, opting out from intercourse and mutual involvement, manifesting the wish for being left alone and going it alone.

¹⁴ BAUMAN, Zygmunt, *Liquid Modernity*, Polity Press, Cambridge, 2000, pp. 95, 96.

O modo de praticar a proximidade com o real, antes referido, começa no reconhecimento da necessidade de construir a cidade *de baixo para cima*¹⁵, o que quer dizer que a determinar as formas e usos das cidades deverão ser cada vez mais pessoas (no plural), e não exclusivamente uma figura singular (excepcional): o planeador ou arquitecto, que concebe a forma perfeita.

Olhar para o “espaço” como questão, e para todas as questões que com ela se encontram relacionadas, por muitas e complexas que sejam, nunca se deve tornar exclusivamente num exercício sobre forma (ou estilo). Foi isso que mostrou a americana Jane Jacobs, através do seu pensamento feito de uma acutilância que resulta de um olhar as coisas de frente, olhar a realidade urbana, antes de mergulhar no espaço “virtual” dos planos e projectos. No artigo “Downtown is for the people” [“A Baixa é para as pessoas”]¹⁶, escrito em 1958 para a revista *Fortune*, fala justamente do apelo à necessidade de “assentar os pés no chão”, isto é, de literalmente caminhar pelas ruas e lugares das cidades para perceber o que têm e de que necessitam.

We are becoming too solemn about downtown. The architects, planners – and businessmen – are seized with dreams of order, and they have become fascinated with scale models and bird’s-eye views. This is a vicarious way to deal with reality, and it is, unhappily, symptomatic of a design philosophy now dominant: buildings come first, for the goal is to remake the city to fit an abstract concept of what, logically, it should be. But whose logic? The logic of the projects is the logic of egocentric children, playing with pretty blocks and shouting, “See what I made!” – a viewpoint much cultivated in our schools of architecture and design. (...) You’ve got to get out and walk. Walk, and you will see that many of the assumptions on which the projects depend are visibly wrong.

É à rua que é preciso descer, por mais que “rua” pareça ter cada vez mais um sabor anacrónico na era das comunidades virtuais e das suas virtudes (que vêm acompanhadas dos seus efeitos colaterais). A rua que tinha já sido posta em causa quando Corbusier disse: “il faut tuer la rue-corridor!”¹⁷ A mesma rua que Koolhaas diz que está morta¹⁸.

Descer à rua, afinal é preciso. Trata-se de entender a importância do acto de reconhecimento e levantamento do que se encontra implicado na cidade, e sendo, naturalmente, as pessoas e as suas dinâmicas de relacionamento e de uso da cidade, um dos principais assuntos. Nesse

¹⁵ Cabe referir o trabalho de Nuno Portas (mais à frente se voltará a ele), como arquitecto, planeador e pensador, em cada momento pioneiro. A nível de planeamento, sempre procurou relacionar abordagens adequadas às circunstâncias e às especificidades, praticando um compromisso entre dinâmicas *de baixo para cima*, e *de cima para baixo*.

¹⁶ JACOBS, Jane, *Ideas That Matter. The Worlds of Jane Jacobs*, ed. Max Allen, The Ginger Press/Island Press, Ontario/Washington, 2011, pp. 40-42.

¹⁷ “Dans l’une de ses conférences de 1929 en Amérique du Sud, Le Corbusier affirme une fois de plus sa conviction : « Il faut tuer la “rue-corridor” » (Le Corbusier, 1930, p. 168).” LUCAN, Jacques, *L’espace convexe : Le Corbusier et le plan libre* (<http://www.espacestems.net/en/articles/lrsquoospace-convexe-le-corbusier-et-le-plan-libre-en/>)

¹⁸ “The street is dead”, KOOLHAAS, Rem, MAU, Bruce, *S, M, L, XL*, The Monacelli Press, 1995, p. 1253. Contra estas ideias insurge-se Jane Jacobs e também La Cecla. Alison e Peter Smithson tinham já trabalhado no sentido da reabilitação da rua como estruturante da construção do espaço da cidade. Simbolicamente a fotografia da capa do catálogo da exposição “This is Tomorrow” (1956), retrata os quatro elementos do *atelier* em inusitada situação, sentados em cadeiras, literalmente no meio da rua. Trazendo a casa para a rua, está-se ao mesmo tempo a dizer que se leva a rua para casa, assumindo a rua como legítimo espaço doméstico. Está a dizer-se que a vida atravessa e mistura estes dois âmbitos, num claro posicionamento alternativo face ao planeamento urbano por *zoning*, preconizado pelo Movimento Moderno, que prevê a definição de áreas específicas para diferentes funções.

sentido, o trabalho dos antropólogos é de crucial importância¹⁹, enquanto arqueologia do presente, uma arqueologia vital, onde se recolhe, classifica, analisa, com o objectivo de interpretar o que se encontra, e apetrechar o real daquilo que se verifique ser necessário, tanto no que toca ao concreto, quanto ao imaterial (que compreende também o simbólico).

O mais relevante será, com certeza, entender o sentido do espaço como *sítio* e como *lugar*, enquanto *situação*, enquanto entidade que recebe e que estimula as relações entre as pessoas – de facto, essa perspectiva humana sempre me interessou, por parecer tão “natural”, e a expressão “antropologia do espaço” encerra em si toda a carga dessa relação.

Relata a crítica de arquitectura Anatxu Zabalbeascoa²⁰, a propósito do colóquio internacional de arquitectura “Arquine 63”, realizado na cidade do México em Abril de 2013 sob o mote “espaço”, que Manuel Delgado – antropólogo, “comenzó su ponencia (la primera) explicando que cuando le anunciaron el tema, pensó que se trataba de un congreso de astronautas. Puede parecer un chiste fácil, pero es un retrato de una profesión.”

Geometrias: próximas e distantes; de baixo para cima

Quando Nuno Portas propõe uma estratégia de geometrias e regulação variáveis aplicada ao planeamento, fá-lo na constatação de que os espaços têm especificidades próprias, mas sobretudo se definem a partir do seu âmbito envolvente, podendo estar inscritos em dinâmicas locais, ou de relações que se encontram para além de uma percepção imediata. Fluxos comerciais que acontecem na proximidade e simultaneamente no espaço globalizado determinam compressões (Harvey) – literais – de tempo, e essas compressões desencadeiam alterações – igualmente literais – do, e no espaço.

Portas fala ainda da necessidade de incorporar instrumentos que permitam verificar da eficácia do planeamento. Isto é, de considerar a possibilidade de que o que se pensou e planeou possa não ter funcionado como fora previsto – enquanto Projecto ou Plano. É o que se chama, de maneira prosaica, “voltar ao lugar do crime”. E isto será também uma forma de *cuidar*, na acepção de Emery. Na construção do espaço público há um antes e um depois, um momento em que é necessário escutar, calcorrear o terreno (a cidade), para perceber aquilo que lhe faz falta, e o converter em Projecto ou Plano (mais ou menos *soft*), ou em estratégia capaz de induzir efeitos. E há um depois, quando se regressa ao terreno para fazer o balanço sobre o que foi concretizado. Também neste momento servem os ouvidos para escutar, e os pés para pisar o terreno – no léxico do planeamento chama-se a este momento o *observatório*.

¹⁹ Franco La Cecla é antropólogo e tem desenvolvido um aturado trabalho sobre as cidades, a partir de uma perspectiva altamente crítica sobre a maior parte do universo *mainstream* da arquitectura, e sobre os perversos efeitos que podem provocar. Não obstante a ferocidade, o seu trabalho de crítica é feito a partir de um profundo conhecimento sobre o trabalho dos arquitectos, das metodologias e mesmo tecnologias que utilizam no seu trabalho. Tem sido convidado a trabalhar em projectos de intervenção urbana (por figuras de reconhecida qualidade, como, por exemplo, Renzo Piano – plano para a Universidade Columbia em Nova Iorque). É autor de inúmeras publicações, tendo sido já publicado para o português o livro *Contra a Arquitectura* (Trad. João Soares, ed. Caleidoscópio, 2011).

²⁰ Autora de um blogue de crítica de arquitectura do jornal espanhol *El País*. <http://blogs.elpais.com/del-tirador-a-la-ciudad/2013/04/arquitectos-alien%C3%ADgenas.html#more>.

A propósito do sentido de um contacto com o real, Miguel Figueira²¹ fala da importância de se fazer discursos concretos sobre as questões urbanas específicas: “quando falo de cidade, procuro, em primeiro lugar, pensar na escala que é própria de uma determinada cidade, num contexto bem identificado. Procuro identificar um caso específico, evitando recorrer à sua conceptualização, porque as variáveis envolvidas são demasiadas.”

É esta condição própria das coisas que constitui a própria matéria de que são feitas, que permite ler permanências, em que o uso e a vida lhes asseguraram continuamente o sentido de utilidade. Por oposição, as discontinuidades – isto é as mudanças radicais, podem incluir o fim de determinados espaços, quer pelo seu desaparecimento físico, quer pelo desaparecimento dos significados que produziram o seu sentido. De certa forma, é o que tem vindo a acontecer com as características praças (de outrora) das cidades europeias, que desaparecem para se transformar em simulacro de uma realidade que entretanto já foi ultrapassada. Paradoxalmente, o termo praça pública parece ter perdido a sua concreteza para se transformar em metáfora de si mesmo.

Espaço invisível. Espaço para se perder

Permitam-me uma ideia final, que, merecendo certamente maior desenvolvimento, não será aqui senão enunciada: a reivindicação do direito ao espaço não planeado, e, em última instância, à possibilidade de que nem tudo seja pré-determinado e tendente a assegurar a ordem e a orientação. Desta perspectiva nos falam, por exemplo Clément²² ou La Cecla²³.

Na atenção que dá aos lugares *inqualificáveis*, Clément realiza um necessário esforço para dar visibilidade a dimensões e entidades de paisagem que não se encontram enquadradas (e que, portanto, não são reconhecíveis) pelos dispositivos convencionais de gestão, administração e planeamento. No capítulo IV do seu pequeno manifesto, sob o título “estatuto”, enuncia, entre outros, os seguintes pontos²⁴:

2 – Um território declarado “reserva” de um ponto de vista administrativo é objecto de protecção, vigilância, sanções. Uma berma de estrada, um résiduo urbano, não são objecto de qualquer protecção. Lugares que se procura reduzir ou suprimir. Porém, todos constituem reservas biológicas.

4 – A realidade da Terceira paisagem é de ordem mental. Possui o mesmo grau de mobilidade do tema de que constitui o centro: o da vida sobre o planeta. Coincide somente a título provisório com as divisões administrativas. Coloca-se no campo ético do cidadão planetário a título permanente.

5 – Pelo seu conteúdo, pelas questões postas pela diversidade, pela necessidade de a conservar – ou de favorecer a sua dinâmica – a Terceira paisagem adquire uma dimensão política.

²¹ SOARES, João e D’ALFONSO, Maddalena (coords.), *Disegnare nelle Città, un viaggio in Portogallo*, Actar-D, Barcelona, 2006. As referências às considerações do arquitecto Miguel Figueira encontram-se na entrevista que integra o livro (pp. 156, 157). O trabalho de intervenção urbana a que Figueira se refere foi desenvolvido no âmbito da coordenação do GTL de Montemor-o-Velho, que mereceu reconhecimento em 2003, quando foi galardoado com o Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano, promovido pela Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico.

²² CLÉMENT, Gilles, *Manifesto del Terzo paesaggio*, Quodlibet, Macerata, 2005.

²³ La CECLA, Franco, *Perdersi. L’uomo senza ambiente*, ed. Laterza, Bari, 1988.

²⁴ CLÉMENT, Gilles, op. cit., pp. 25, 26.

No seu ensaio “Perdersi, l’uomo senza ambiente”, Franco La Cecla fala da perda de sistemas de referenciação das estruturas de implantação do homem no território, a partir dos seus elementos, e da sua inscrição numa cosmografia, sem a qual deixa de fazer sentido. Porém, introduz ainda uma outra perspectiva sobre o perder-se, entendendo a desorientação como uma necessidade vital, e que tem cada vez menos espaço para acontecer numa sociedade (ainda) anacronicamente positivista, que pretende para tudo o estabelecimento de uma lógica legível. A importância do perder-se, para além da noção de risco a que se encontra associada, é a de que só na circunstância da desorientação é que é efectivamente possível a reorientação, que acontece através da apropriação do espaço envolvente.

Partilha e justa medida

Das diferentes formas que o espaço assumiu desde que se constituiu na sua relação estreita com a história da cidade, é sintomática a percepção que Ascher faz das consequências das mais significativas das recentes alterações na relação com as estruturas sociais. Em “Os novos princípios da urbanística”²⁵, no ponto “uma estrutura social em rede” introduz uma leitura da evolução da noção de solidariedade:

Depois da “solidariedade mecânica” da pequena comunidade de aldeia, e depois da “solidariedade orgânica” da cidade industrial, emerge então uma terceira solidariedade, a solidariedade “comutativa”, que põe em relação indivíduos e organizações pertencentes a uma multiplicidade de redes interligadas. O desafio para a democracia é portanto o de transformar a solidariedade comutativa existente de facto, numa solidariedade “reflexiva”, isto é na consciência da sua pertença à esfera dos interesses colectivos.

Fica-se sem uma possível conclusão unívoca, na medida em que o tema em questão, para além de inesgotável na abertura de caminhos e veredas possíveis para um seu desenvolvimento, será sempre inconclusivamente fascinante. Trata-se de pensar sobre algo cuja condição é, por definição, mutável, e cuja abordagem subjectiva. A matéria de que é feito o espaço é tão concreta como imaterial. Podendo-se possuir, *dissolve-se no ar*, e fica no fundo a pergunta – quanto precisamos do espaço, e como nos serve para viver?

Se o mar é de todos, se o céu é de todos, porque é que a terra não há-de ser de todos? A desarmante pergunta, de sabor meio filosófico, meio revolucionário, fazia-a um camponês alentejano, em parte indefinida, pouco tempo depois do final da ditadura salazarista. É inquietação que parece encontrar eco na pergunta que Tolstoi faz na fábula humana em que conta a história do camponês Pajom, na Rússia agrícola, e que se oferece como parábola sobre a desmedida ambição do homem: *de quanta terra necessita um homem?*²⁶

²⁵ ASCHER, François, *Os novos princípios da urbanística*, (ed. ital. pref. Benedetto Gravagnuolo, apres. Maurizio Russo), Tullio Pironte ed. 2005, pp. 48-49.

²⁶ TOLSTOI, Lev, *¿Cuánta tierra necesita un hombre?*, trad. Víctor Gallego, ilustr. Elena Odriozola, Nørdica libros, Madrid, 2011.